

“LUCAS, O SALTEADOR”:

ecos de uma memória única na Feira de Santana de 1920.

Eliane de Jesus Costa¹

Artigo recebido em: 21/12/2020

Artigo aceito em: 13/06/2021

RESUMO: O objetivo do artigo consiste em examinar a construção de uma memória única sobre Lucas da Feira, entre os anos de 1923-1924, na crônica jornalística intitulada, *Chronicas Feirenses*, escrita pelo jornalista Arnold Silva, durante o processo de transformação de Feira de Santana como urbe civilizada. Orientaram os caminhos das análises os conceitos de: memória (Le Goff); estereotipagem (Stuart Hall) e razão negra (Achille Mbembe) e nos possibilitou entender como o ato de recordar conduziu à prática representacional sobre Lucas da Feira, ao passo que os discursos promoveram a consciência Ocidental sobre o negro, cujo intuito era o projeto de silenciar o passado escravocrata da história de Feira de Santana e reduzir as histórias sobre Lucas da Feira à história única do negro salteador.

PALAVRAS-CHAVE: Lucas da Feira. Feira de Santana. Memória. Representação. Razão Negra.

“LUCAS, THE THIEF”:

echoes of a unique memory at the 1920 Feira de Santana.

ABSTRACT: The purpose of the article is to examine the construction of a unique memoir about Lucas da Feira, between 1923-1924, in the chronicle entitled, *Chronicas Feirenses*, written by the journalist Arnold Silva, during the transformation processo of Feira de Santana as civilized city. The analysis was guided by the concepts of: memory (Le Goff); stereotyping (Stuart Hall) and black reason (Achille Mbembe) and enabled us to understand how the act of remembering led to the representational practice on Lucas da Feira, while the speech fostered the Western consciousness about the black man, whose aim was to silence the past slavocrat of the history of Feira de Santana and to reduce the stories about Lucas da Feira to the unique narrative of the black thief.

KEYWORDS: Lucas da Feira. Feira de Santana. Memory. Representation. Black Reason.

¹ Mestra em História Regional e Local pelo Programa de Pós Graduação em História Regional e Local (PPGHIS- UNEB Campus V); Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/702955668460570>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0100-0822>. Endereço de e-mail: elianedjcosta@gmail.com

Introdução

Não se apagará o borrão da vida de Lucas, o salteador, sem que não fique uma grande falha na história da Feira.
(COVAS, 1913, p.74)

A citação em epígrafe lança luz sobre a inquietação que deu origem a este escrito: o porquê das referências ao escravizado Lucas Evangelista, o Lucas da Feira², ser acompanhadas da antonomásia “o salteador” em publicações jornalísticas nos anos de 1920, na cidade de Feira de Santana? A opção por tal referente indicia uma problemática mais ampla, uma vez que, essa concepção a respeito de Lucas da Feira foi disseminada na sociedade feirense 74 anos após sua execução e no contexto das primeiras décadas após a Proclamação da República e do Pós-abolição. No mesmo período e com a intenção de conservação dos seus privilégios, grupos dominantes de Feira de Santana buscavam e adotavam medidas para adequar o município ao processo de modernização³, que foi instaurado no Brasil nas primeiras décadas do século XX, marcado por disputas e seleção das memórias do processo

² Lucas Evangelista nasceu nos primeiros anos do século XIX, nas imediações da Freguesia de São José das Itaporocas, pertencente à Comarca de Cachoeira, na Província da Bahia. Filho dos cativos africanos jejês, Inácio e Maria, esteve submetido ao sistema escravista e foi propriedade de três senhores diferentes, sendo que um deles era o padre Alves Franco. Por volta de 1828, tornou-se criminoso ao fugir do regime escravista para as imediações da Vila de Feira de Sant’Ana, onde sobreviveu por alguns anos cometendo alguns atos considerados ilícitos (furto de animais, roupas) e mantendo-se distante dos capitães do mato e das forças de ordem pública. Por causa do destino escolhido recebeu o apelido, Lucas da Feira. Em 1840, aquilombou-se com outros escravizados fugitivos a fim de se livrar da perseguição que estavam sofrendo por parte das autoridades com receio de insurreições escravas. Foi capturado em 1848 e enforcado em setembro de 1849. Em meados de 1850 teve sua sepultura violada para a retirada do seu crânio, que foi entregue à Faculdade de Medicina da Bahia e analisado pelo médico criminologista, Raimundo Nina Rodrigues, na década de 1880. Em março de 1905, um incêndio na Faculdade de Medicina da Bahia incinerou seu o crânio que fazia parte da “galeria dos celebres criminosos do Brasil”. As informações para montar a trajetória do escravizado foram extraídas da transcrição do processo crime de 1848, atualmente desaparecido, publicado no livro, *Municípios da Bahia*, de Guimarães Covas em 1915, da efeméride cachoeirana, *Lucas, o salteador. Alguns traços da vida e história de Lucas*, de Virgílio Reys, publicado em 1896 e de algumas notas jornalísticas publicadas entre 1840-1905 em diversos jornais no Brasil

³ Sevcenko (1998) apontou que a modernização no Brasil foi um processo dramático de transformação das cidades brasileiras no início do século XX e que esteve pautado nas estratégias de modernização das urbes, diretamente nas condições sanitárias, reurbanização e controle jurídicos das práticas culturais e religiosas da população negra que era composta por ex-escravizados, seus descendentes e os convivas – a população empobrecida.

histórico na formação da cidade (OLIVEIRA, 2011). Importante lembrar que o reordenamento espacial das cidades brasileiras nas primeiras décadas do século XX tinha como obstáculo o passado escravocrata e a preocupação de controle social dos libertos e seus descendentes, que foram definidos como ‘classes perigosas’ por meio da justificativa que a prática da ociosidade produzia a criminalidade (CHALOUB, 2001). Ora, a cidade de Feira de Santana também esteve no fluxo de mudanças urbanas e a produção dos discursos sobre Lucas da Feira serviram como uma máscara para o silenciamento da continuidade do colonialismo reencenado por meio de um projeto de urbanização e ordenamento que mantinham as estruturas violentas de exclusão racial na cidade de Feira de Santana (KILOMBA, 2019).

O objetivo desse artigo consiste em examinar os fragmentos de memória sobre Lucas da Feira disseminado na coluna⁴ *Chronicas Feirenses* do jornal Folha do Norte⁵ entre os anos de 1923 e 1924, assinada por Gil Moncorvo, pseudônimo do jornalista Arnold Silva. Propomos perceber como a organização e seleção dos fragmentos de lembranças no discurso jornalístico atuou na construção de representações sobre Lucas da Feira e influenciou a elaboração de uma memória coletiva que consolidasse uma imagem estereotipada sobre ele e, conseqüentemente, sobre a população negra que poderia ser a ele associada.

Direcionamos atenção à afirmação de Guimarães Covas, publicada na primeira década do século XX, numa obra que tinha a finalidade de destacar fatos e personalidades dos municípios da Bahia, em dois aspectos: o primeiro, que a história

⁴ As crônicas jornalísticas escritas por Arnold Silva datam de 1923 a 1953 e no período tiveram dois nomes, *Chronicas Feirenses* entre os anos de 1923-1924 e *Vida Feirense* entre os anos de 1937 e 1953. Conforme Oliveira (2000) entre os anos de 1924-1937 não houve publicações, pois, Arnold Silva estava ocupando cargos políticos na cidade de Feira de Santana e no Estado da Bahia.

⁵ Segundo Oliveira (2000) o jornal Folha do Norte foi fundado em 17.09.1909. Teve como fundador o Coronel Tito Rui Barcelar e após seu falecimento, passou a pertencer aos irmãos Silva, Arnold, Raul e Dalvário. Com o lema: *política, noticiosa, comemercial, agrícola e literária*, o semanário informava a sociedade feirense fatos do cotidiano cidadão. Santos (2012) pontua que o Folha do Norte foi o principal disseminador da ideia da cidade feirense como “moderna, culta e civilizada. O jornal permanece na ativa, veiculando informações até os dias atuais, sendo considerado o mais antigo em atividade no interior da Bahia. Para maiores informações sobre o jornal Folha do Norte, ver: Santos (2012); Campos (2016).

de Lucas da Feira, que foi um escravizado e fugitivo (seu principal crime, dado que no sistema escravista fugir constituía-se delito que feria o direito da propriedade conforme as Ordenações Filipinas), foi reduzida à narrativa dele como um salteador. Tal descrição aponta o silenciamento de sua condição de escravizado insurgente em contraposição ao destaque de criminoso. O que nos possibilita afirmar que tal mudança consistiu na tentativa de silenciamento e desassociação com o passado escravocrata na sociedade feirense. O segundo, a preocupação do autor em assegurar que a memória sobre Lucas da Feira não esmaecesse na névoa do tempo e constituísse lacunas na história de Feira de Santana aponta que havia discussões que almejavam esse apagamento.

Indica também a existência de tensões em torno desse anseio, uma vez que tanto poderia haver manipulação dessa memória que servisse aos interesses dos grupos dominantes, quanto poderia haver resistência contra esse apagamento por parte da população pobre que enxergavam as ações de Lucas da Feira como horizonte de resistência ao controle e poder exercido contra eles. Todavia, compreendemos que a ressalva feita pelo autor foi direcionada àqueles que tinham o poder de determinar e contar a história da cidade, com o intuito de alertá-los não apenas sobre a seleção das lembranças e esquecimentos, mas para a forma como elas seriam narradas e escritas, a fim de determinar a memória e a história de Feira de Santana.

Memória, representação e racismo são os conceitos que orientam a discussão aqui realizada. Nossa análise consistiu em buscar compreender em que medida a insistência em marcar Lucas da Feira como um salteador formulou tanto um repertório de representação estereotipada, quanto uma estratégia para apagar as presenças negras da história da cidade, revelando as sutilezas dos episódios do racismo cotidiano. Para tanto, trilhamos caminhos que cruzaram as discussões sobre memória por Le Goff; de representação por Stuart Hall e a concepção do racismo a partir da razão negra por Achille Mbembe.

Tais conceitos estão articulados com o intuito de demarcar a relação entre linguagem, conhecimento e poder na construção de mecanismo de dominação, exclusão e morte que retiraram as possibilidades de autonomia, do direito ao reconhecimento como humanos das pessoas definidas como *outras*- inumanas, subordinadas, exóticas- e de suas contribuições na história. Particularmente no caso de Lucas da Feira, a definição dele como um exemplo criminoso teve a finalidade de apagar os rastros da sua resistência contra o sistema violento e desumano que foi o escravocrata.

A dinâmica da negação: Lucas da Feira como alvo da memória, da representação e do racismo.

Lucas da Feira foi uma das designações dada a Lucas Evangelista, homem negro escravizado, fugitivo, articulador de modos de sobrevivência, portanto, um sujeito racial. Tais informações são essenciais para compreender que as diversas histórias inventadas sobre o que seria a sua história fazem parte do que Mbembe (2018, p.61) definiu como primeira etapa da razão negra e que através da “extração de vestígios reais ou comprovados tinham a finalidade de urdir histórias, compor imagens e disseminá-las no senso comum como a consciência ocidental sobre o negro”. O autor define a razão negra como o conjunto de discursos e de prática constituído por um trabalho cotidiano de inventar, contar, repetir e promover textos com o intuito de formar um juízo de identidade em que o negro enquanto sujeito racial e individuo selvagem pode sofrer desqualificação moral e instrumentalização da prática de todos os tipos de violências (Mbembe, 2018).

Ao lançarmos o olhar sobre o reaparecimento das menções a Lucas da Feira na virada do século XIX para o XX, verificamos que esse processo foi contínuo e reatualizado em diversos momentos históricos, cuja finalidade era marcar as pessoas negras que traziam na pele a marca da cor associada com o passado da escravização e executado na prática do alterocídio, que consiste na construção delas não como semelhantes aos outros cidadãos brasileiros, mas como objeto ameaçador,

do qual era preciso se proteger, desfazer, ou que caberia excluir ou exterminar caso não pudesse exercer o controle total (MBEMBE, 2018). Nesse cenário, o nome de Lucas da Feira apareceu em diversos jornais no país⁶ na década de 1920 que visavam consolidar a imagem dele com um criminoso de alta periculosidade, com ênfase nos seus traços físicos e aparência, aspectos que fazem parte da concepção biológica sobre raças disseminada no século XIX (SCHWARCZ, 2012).

Há especificidades que precisam ser pontuadas sobre as menções a Lucas da Feira na coluna *Chronicas Feirenses* para compreensão da dinâmica da negação. Uma delas, refere-se ao fato que o nome de Lucas é mencionado sem qualquer associação à cidade de Feira de Santana, de modo que o apelido “*da Feira*” foi subtraído e substituído apenas pela antonomásia, *o salteador*. A outra, o silenciamento do fato que Lucas da Feira foi um escravizado que se rebelou contra o sistema escravista. Tais especificidades não devem ser apartadas da interação que houve da cidade de Feira de Santana como espaço reordenado conforme as “astúcias da ordem e ilusões do progresso” e o processo histórico pós abolição, conforme descreveu Sevcenko (1998).

Não devemos apagar também a subjetividade do jornalista Silva nas práticas discriminatórias e sua posição como porta voz dos dirigentes da cidade e do projeto de controle da população através da retórica como disciplina que intencionou civilizar a população pobre. Todavia, compreendendo as ações de Arnold Silva dentro da estrutura social e com o cuidado de não individualizar ou reduzir apenas nele as práticas discriminatórias, pois, a prática do racismo individual é indissociável do racismo estrutural. Assim, pode-se inferir que o medo branco de ser confrontado com as verdades de um passado construído a base de violências e desumanização de outros humanos, os conduziram a negar, reprimir e manter em

⁶ Encontramos 15 referências ao nome de Lucas da Feira em 11 jornais diferentes, sendo que 10 deles eram distribuídos na cidade do Rio de Janeiro, que naquele período era a capital do país. Esta documentação demonstra como uma versão da história de Lucas da Feira ultrapassou os limites regionais e alcançou notoriedade na capital do país. As publicações reforçavam a narrativa de Lucas da Feira como “um dos criminosos mais hediondos que já existira no país” e algumas delas faziam comparações entre Lucas da Feira e os cangaceiros que atuavam no período.

segredos quaisquer associações com a escravização, com o colonialismo e com o racismo (KILOMBA, 2019). E mais, não apenas localizados no passado, mas como práticas reatualizadas que condicionou as relações sociais estabelecidas no período analisado.

Nesse sentido que Lucas da Feira foi tomado como alvo da memória, da representação e do racismo. Sobre a noção de racismo, Mbembe (2018) afirma que historicamente raça e racismo foram formas primárias de representação criados pela empresa colonial para justificar a colonização a partir do século XV e XVI. Assim, culturalmente, o conceito de raça fez alusão às diferenças da cor de pele para justificar a inferioridade de um povo, os africanos, e para desqualificar um lugar, a África. Também para criar uma categoria sub-humana: o negro. Ao considerarmos que Lucas da Feira era filhos de africanos jejes; nascido sob o domínio escravista; e que teve seu crânio avaliado por Nina Rodrigues com base nas concepções do racismo científico do século XIX, as referências ao seu nome nas primeiras décadas do século XX não foram isentas de concepções discriminatórias e que consequentemente geraram representações estereotipadas sobre ele.

O racismo como prática discriminatória em que condições de subalternidade e de privilégios foram distribuídos entre grupos de raças diferentes, foi reverberado nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. Assim, Mbembe pontuou quatro esferas em que o racismo operou: (1) com a desumanização ou consideração de uma humanidade subalterna dos negros; (2) como o processo de alterocídio, isto é, desejo de destruição de quem é diferente; (3) a partir do sentimento de aversão e repulsa criou o sentimento de medo e imaginário de perigo dos negros; (4) como processo em que se elegeu como inimigo, o negro, e toda sua cultura foi representada pela ideia de mal e criminoso. A trajetória e as diversas versões sobre a história de Lucas da Feira foram atravessadas e determinadas pelos efeitos do racismo.

Quanto ao fato de Lucas da Feira ter sido alvo da memória, é preciso pontuar que a evocação de lembranças sobre ele esteve direcionada a consolidá-lo como o exemplar dos incivilizados, personificação do violento, selvagem, agressivo e não pode ser desarticulado do contexto de higienização moral de Feira de Santana. O jornalista Arnold Silva fazia parte do núcleo dominante da sociedade feirense tanto como intelectual como quanto político, comprometido com os ideais de modernização; recorreu ao conjunto de textos como materiais da memória coletiva sobre Lucas da Feira e que foram tomados enquanto monumentos; sinais de um tempo e que serviram para evocar o passado e perpetuar a recordação (LE GOFF, 1992). Segundo Le Goff (1992, p. 477) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Mas, a memória coletiva não é somente conquista, é também um instrumento e objeto de poder”.

O campo de estudo das ciências humanas se interessa e utiliza a concepção da memória coletiva. Em diálogo com Pierre Nora, Le Goff (1992, p.473) a define como “o que fica do passado vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado”. Nesse sentido, apontamos que a construção de uma memória coletiva sobre Lucas da Feira foi colocada no centro da arena da luta das forças sociais pelo poder em Feira de Santana na década de 1920 e que Arnold Silva, enquanto integrante dos grupos que dominava a sociedades feirense, no processo de tentativa de consolidar uma história dos vencedores, direcionou sua escrita na coluna *Crônicas Feirense* para manipular a memória coletiva e buscou produziu mecanismos de silenciamentos e de esquecimentos da presença negra na história da cidade.

As práticas representacionais sobre Lucas da Feira significavam a diferença racial e a sua associação com uma hierarquia para produzir e fixar significados. Para Hall (2016) esse processo constitui a estereotipagem racial, uma das estratégias do discurso colonial que consistiu no processo de relação entre poder e conhecimento e que o estereótipo foi baseado em apossar das poucas características da pessoa

negra e reduzir tudo sobre ela a esse traço que depois foram exagerados e simplificados. Especificamente na estereotipagem sobre Lucas da Feira, esteve imbricada a naturalização do argumento biológico pautado nas diferenças fisiológicas e anatômicas que supostamente explicavam a “inferioridade da raça negra” e tornava exclusivo das pessoas negras a existência de um “instinto criminoso”. O regime racializado de representação evocado por Arnold Silva ao escrever sobre Lucas da Feira cumpriu a finalidade de reduzir toda sua existência ao estereotipo de um criminoso saltador.

E a Feira de Lucas? A “Princesa do Sertão” como lugar de silenciamento em que ficou “perdida” a Terra de Lucas da Feira.

A Feira de Santana, em que as narrativas de Arnold Silva sobre “Lucas, o saltador” foram disseminadas, é o espaço geográfico localizado numa região intermediária entre o Recôncavo e o Sertão baiano. Todavia, para compreensão da dinâmica espacial da cidade em 1920 se faz necessário considerar as diversas espacialidades acumuladas nesse local ao longo do tempo e suas imbricações com o processo de transformação da cidade e a generalizações do modo de vida urbano republicano.

Ramos (1982, p. 68) defende a noção de espacialidades a partir da consideração que tanto o espaço quanto a história são construções sociais e, portanto, são indissociáveis quando analisadas. O autor, com base nos estudos de Lefébvre (1975), define que cidade é um espaço- tempo e não apenas uma projeção da organização administrativa ou a redução da sociedade ao mero espaço. Desse modo, a noção de espacialidade nessa reflexão corresponde ao projeto de organização do espaço social articulado com a sociabilidade e que teve como finalidade a formulação de características específicas em que a fisionomia da Feira de Santana moderna se distanciasse da Feira de Santana rural e com um passado escravista.

Historicamente, Feira de Santana foi caracterizada por um amplo manancial hídrico com diversas lagoas, entroncamento rodoviário, terra de areias saudáveis, economia baseada no comércio e na pecuária bovina. Tais fatores ainda são mencionados para explicar os processos de ocupação da cidade, as múltiplas identidades que a compuseram e que ficaram marcadas em seus diversos apelidos: “Povoado Santana dos Olhos d’Água”; “Empório da Bahia”; “Petrópolis baiana”, “Princesa do Sertão” (OLIVEIRA, 2000). Essa última é a que ainda vigora nas referências a cidade.

Ao considerarmos a construção da identidade da cidade de Feira de Santana como urbe civilizada⁷, destacamos que desde meados do século XIX, o município, que naquele período ainda era uma Vila, alcançou notoriedade em diversos jornais do Império brasileiro ao ser associado a Lucas Evangelista, o Lucas *da Feira*⁸. Convém frisar que antes de Feira de Santana ser nomeada como “Princesa do Sertão” pelo político Rui Barbosa, em 1919, por causa do comércio local, já era conhecida em nível nacional como a “Terra de Lucas da Feira”. Porém, o que percebemos é que essa metonímia para a cidade nunca foi considerada com relevância e para alguns era motivo de vergonha. Apenas recentemente produções historiográficas tem evidenciado o termo ao propor uma escrita da história a contrapelo, com ênfase nos grupos que foram subalternizados e marginalizados⁹.

⁷ Indicamos algumas produções historiográficas que auxiliam na compreensão do processo modernizador em Feira de Santana até meados do século XX: Oliveira (2008); Oliveira (2000 e 2011); Santos (2012); Silva (2000).

⁸ VER: Jornal do Commercio de 17.02.1848, número 48, p.02; Jornal A Marmota de 01.09.1848, número 271, p.02.; Jornal O libertador de Pernambuco, número 791, p.08; Jornal Para Todos de 23.10.1869, número 19, p.03; Jornal do Commercio de 24.08.1865, número 234, p.02.

⁹ São alguns trabalhos que resgatam essa metonímia como posicionamento ético-político na produção da história feirense: OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *Canções da cidade amanhecendo”: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2011; NASCIMENTO, Flaviane Ribeiro. *Viver por si Histórias de Liberdade no Agreste Baiano Oitocentista (Feira de Santana, 1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012; ALVES, Chintamani Santana. *Tramas da terra: conflitos no campo na terra de Lucas, 1900-1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História- Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, 2013; CALDAS, Jacson Lopes. *“Badoque, muzúá, arataca”: memórias e histórias no Museu Casa do Sertão em Feira de Santana-BA*,

Todavia, não estamos preocupadas em promover disputas das metonímias, e sim em perceber os caminhos que conduziram ao processo de silenciamento do passado escravista na escrita da história da cidade.

O silenciamento e apagamento do passado escravista fez parte do pacote de medidas para inserção da recente república no fluxo da modernização no início do século XX. Segundo Sevcenko (1998), na cidade do Rio de Janeiro, que era a vitrine do país e que contava com uma população com quase 1 milhão de habitantes, maioria negros remanescentes da escravidão, libertos e seus descendentes que habitava o centro da cidade, foi promovida a demolição dessas residências e expulsão da população que se dirigiram para as áreas periféricas da cidade, ação ancorada na justificativa de saneamento da cidade. A imprensa da capital nomeou esse acontecimento como regeneração.

Feira de Santana também foi inserida nos trilhos rumo a modernização. Segundo Damasceno (2011), entre os anos de 1893-1920, as autoridades locais colocaram como pauta e investiram em melhorias de infraestrutura – iluminação pública, alargamento, reparos e calçamento de ruas, construção de estradas ligando a cidade a outros municípios, limpezas das áreas públicas. Tais medidas para embelezar o centro da cidade tinha como contrapartida a expulsão de mulheres, homens e crianças pobres dessa região. Oliveira (2010) aponta que, durante a primeira metade do século XX, predominou em Feira de Santana uma população de negros e mulatos, descendentes de africanos. Logo, a cidade de Feira também teve no seu projeto de civilidade e conforme suas particularidades os projetos de “regeneração” e de desafrikanizar as ruas (FERREIRA FILHO, 1994).

A participação de Arnold Silva no projeto de modernização da cidade não esteve restrita à atuação política. Enquanto um dos diretores e jornalista do jornal Folha do Norte, publicava textos que discutiam sobre a política nacional, fatos da

1977-1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2016.

cultura e religião, cotidiano e história da cidade de Feira de Santana. Silva (2000) destacou que a imprensa feirense assumiu o papel de difusora dos princípios da modernização e que tinham a pretensão de reformar hábitos, instaurar novos costumes, moldar outras imagens da cidade e eliminar os males que impedissem o caminho da cidade rumo ao progresso.

Atenta ao contexto, o ato de rememorar o nome de Lucas da Feira também integrou o espetáculo da civilização ao mesmo tempo que construía a imagem dos negros como os outros que não integram a modernização. Arnold Silva recorreu à estratégia de recuperar e disseminar o medo dos negros nas páginas do jornal. Sua atitude não era uma novidade. Azevedo (1987) demonstrou que, desde o ano de 1888, os jornais utilizaram dessa estratégia para propagar concepções estereotipadas acerca dos negros e que o ato integrava o processo de higienização do espaço urbano, quer fosse no combate as práticas culturais afro-brasileiras, quer fosse na intenção de deslocar os negros dos centros urbanos das cidades.

Lembramos que foi a partir da homenagem feita por Rui Barbosa, que os dirigentes locais e parcela da intelectualidade urbana feirense vinculou a ideia de civilidade e progresso à identidade social de “Princesa do Sertão”. Utilizaram o codinome como incentivo e justificativa para a ambição e aplicação das estratégias política de destacar a cidade entre os outros municípios da Bahia, ao passo que afastava as possíveis associações com a existência do comércio de escravos, do cotidiano da escravidão e do passado pastoril e sertanejo. Nesse sentido, Oliveira (2000, p.8) afirmou que o cognome levou as elites locais a considerar um novo conceito para a cidade, uma espécie de segunda capital do Estado e sede do sertão.

O estudo de Santos (2012) acrescenta que o projeto alicerçado na representação “Princesa do Sertão” se desdobrou em várias vertentes que não foram restritas às transformações da configuração urbana, mas tiveram como alvo as mudanças dos hábitos ligados a tradição pastoril da cidade. A autora analisou também o Jornal Folha do Norte como lugar da relação de poder, uma vez que os

discursos ali propagados continham a intencionalidade de consolidar os projetos políticos da elite local, do qual seus redatores e donos faziam parte, e que se referia ao propósito da “Cidade Princesa do Sertão” (Santos, 2012, p. 28).

De modo que fronteiras foram estabelecidas entre os que pertenciam e os que não pertenciam a nova ordem, colocando ênfase que aqueles que estivessem “fora do lugar” eram perigosos, contaminados. Portanto, estereotipagem, representação, diferença e poder atuaram como exercício de violência simbólica e que comportou ambivalências tanto no grupo dos dominantes quanto dos dominados, pois, não se pode esquecer da contínua resistência exercida pelos excluídos.

Há possibilidade que as estratégias políticas de remodelação da cidade na década de 1920, especificamente, em relação à memória de Lucas da Feira possa ter encontrados conflitos dos mais diversos, contudo, não localizamos ainda fontes que nos possibilite traçar tais embates. Acerca da constituição de uma memória coletiva para cidade, o conflito oscilou entre tentar apagar o passado pastoril e sertanejo em contraponto a lembrar das menções ao entreposto comercial, sobretudo, da Feira do Gado (OLIVEIRA, 2000).

Durante o processo de elaboração de uma versão histórica que tem por finalidade constituir uma memória única para o lugar ocorre o esforço de assimilar o presente com o passado, e conseqüentemente, outras versões e visões de mundo são silenciadas nesse processo (ADICHE, 2019; KILOMBA, 2019). Embora pareça lugar comum, uma vez que a sociedade brasileira tem como marca inapagável o passado escravocrata, é preciso afirmar que a participação da Vila de Feira de Sant’Ana na escravidão não esteve restrita a apenas a Lucas da Feira.

O silenciamento sobre a escravidão em Feira de Santana foi posto em evidência quando se percebeu a lacuna nas produções historiográficas sobre a cidade e a necessidade de estudos históricos que abarcassem as experiências da escravidão e

da população negra em Feira de Santana. São recentes os estudos historiográficos¹⁰ que tem pontuado as especificidades do sistema escravista em Feira de Santana. Aqui, justamente pela identificação da cidade como entreposto comercial atravessar a história da cidade (SIMÕES, 2007), destacamos as discussões que apontam a relevância que o município exerceu para manutenção do sistema escravista visto que, com o fim do tráfico de escravos africanos em 1850, comerciantes e agropecuaristas locais estabeleceram o comércio de escravos para suprir a demanda pela mão- de- obra na região sudeste do país (HORA, 2014).

Hora abordou que uma das justificativas para o estudo do comércio de escravos perpassou “pela tentativa de desconstrução de uma memória coletiva que desassocia a presença de escravizados e seus descendentes do trabalho da pecuária, associando esse trabalho ao homem sertanejo- descendente de brancos e índios- e por isso livre do sangue africano” (HORA, 2014, p.3). A autora aponta ainda que as referências a escravidão em Feira de Santana foram comumente associadas a Lucas da Feira, sendo este considerado como bandido, sanguinário e perigoso. Portanto, possíveis análises que contemplassem a escravidão na região foram minimizadas e negligenciadas pela historiografia baiana.

Cabe uma ressalva acerca do argumento de Hora sobre as associações de Lucas da Feira a escravidão, uma vez que diversas publicações apenas restringiam-no a partir da criminalidade. Entendemos que tal argumentação se direciona, particularmente, as produções historiográficas sobre a escravidão em Feira de Santana produzidas a partir da década de 1990. O estudo de Zélia Lima (1990), primeiro a inserir Lucas da Feira nas páginas da história e a abordar as especificidades do sistema escravista na região, influenciou as produções históricas posteriores de certa forma a abordarem a perspectiva da escravidão na cidade de Feira concentradas em citar apenas Lucas da Feira. Nos ideais de civilização havia a preocupação e objetivo da elite e da imprensa local em disseminar para a sociedade

¹⁰ Ver: Lima (1990); Freire (2007); Nascimento (2012); Hora (2014), Souza (2016)

feirense práticas, valores e modos de vida a fim de estabelece modelos e conceitos a serem seguidos, de modo que a população pudesse identificar-se. Logo, evocar certas memórias e reafirmá-las seria indispensável para a ação pedagógica.

Ao mesmo passo que evocar outras memórias que servissem de modelos que caracterizassem referências ‘incivilizadas’ e não condizentes com uma cidade que caminhava rumo ao progresso. Ao nos referirmos ao processo de silenciamento sobre o passado escravocrata não fazemos alusão ao explícito, mas conjecturamos que a produção de sentidos silenciados corresponde a dimensão do não explícito e do autocegamento (KILOMBA, 2019; MBEMBE, 2018). Partindo da relação do imaginário construído sobre a identidade da sociedade feirense a partir da “Princesa do sertão” que podemos identificar o apagamento do passado escravista que “Terra de Lucas” poderia remeter. Portanto, passaremos a analisar a construção da representação sobre Lucas da Feira elaborada por Arnold Silva na coluna *Chronicas Feirenses*.

Lucas, o salteador: os usos da memória e o perigo de uma história única.

Em 2009, durante um discurso proferido no evento do Tecnóloga, Entertainment and Design (TED), a escritora nigeriana, Chimamanda Adiche nos alertava sobre o perigo de uma história única. Adiche afirmou que “histórias também são definidas por quem as conta, quando e quantas vezes são contadas. Esta legitimidade perpassa pelo poder de fazer de um ponto de vista a história definitiva de uma pessoa, um acontecimento e um episódio”. A transformação de diversas versões em única história perpassa por contar apenas essa versão e repeti-las diversas vezes até que está se torne o estigma, a única narrativa possível. É nesse sentido que apreendemos os discursos sobre Lucas como dimensão de uma prática discriminatória manifestada na coluna *Chronicas Feirenses* publicadas no jornal semanário *Folha do Norte* entre os anos de 1923-1924.

Compreendemos que os discursos sobre Lucas da Feira não são neutros, portanto, faz-se indispensável pontuar quem foi o intelectual que se propôs a

representá-lo. Arnold Ferreira da Silva, viveu em Feira de Santana entre os anos de 1894-1965. Durante esse período teve uma participação efetiva na elite feirense-baiana. Foi um dos donos do Jornal Folha do Norte, além de atuar como redator, cronista e, na política local, como Intendente (1924-1926) e vereador (1928-1930). Fez parte de filarmônica, membros de grêmio literário e de grupos de teatros. Elaborou diversas colunas em formato de crônicas¹¹ no jornal *Folha do Norte*. Porém, destacamos a importância das escritas entre os anos de 1923-1953, por representarem o esforço do intelectual em apresentar à Feira de Santana fragmentos da memória da cidade (CAMPOS, 2016).

As disposições das crônicas jornalísticas não seguiam uma linearidade temporal, não possuíam uma ordenação em relação aos anos e os meses de publicação. Todavia, lembramos que o modelo da publicação seguia o padrão das efemérides, ou seja, referência a um determinado acontecimento, na mesma data, em anos ou décadas anteriores. Geralmente, a coluna foi publicada na primeira página do jornal Folha do Norte, ao lado direito e na parte superior, com ressalva para o período entre junho e novembro de 1923, que as ‘Chronicas Feirenses’ passaram a ser publicadas na terceira página do jornal, sem determinação exata do espaço. Nesse interregno, as primeiras páginas do jornal foram publicadas notícias locais e nacionais sobre o processo eleitoral.

Em relação às citações a Lucas da Feira, contamos com 10 referências ao longo do ano de 1923 entre os meses março e outubro. O ano de 1924 contém apenas 04, entre os meses de janeiro e março, e a última publicação em 08.03.1924 é a maior nota publicada nos dois anos e cita parte do processo crime de Lucas da Feira. É provável que as poucas alusões no ano de 1924 sejam explicadas pelo

¹¹ A coluna “Chrônicas Feirense” pode ser classificada como crônica jornalística. Esta é definida como um gênero literário híbrido que tem por finalidade relatar a realidade e o cotidiano e que se caracteriza por narrar de maneira ordenada e detalhada certos fatos e acontecimentos. Porém, como as narrativas apresentadas na coluna tinham a característica de serem dados históricos recuperados conforme o calendário, guarda semelhanças com o subgênero historiográfico denominado efemérides que, segundo Matheus (2011), é visto como uma forma de narrar o passado, principalmente, como uma forma de comemoração que torna o passado vinculado à atualidade.

afastamento do jornalista para assumir o cargo de intendente. A fim de tecer a análise separamos as notas conforme o tema abordado na notícia e não por sequência de publicação e optamos em fazer menção ao pseudônimo usado por Arnold Silva, Gil Moncorvo. Portanto, os primeiros conjuntos de notas fazem referência ao processo de prisão e julgamento de Lucas da Feira:

O tribunal do jury condena o **salteador** Lucas Evangelista a pena última. (sic)

(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 03 de mar de 1923. Chronicas Feirense nota do ano de 1849- grifo nosso)

A Relação sustenta a decisão do júri deste termo que condenou Lucas Evangelista a pena última.

(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 09 de jun. de 1923. Chronicas Feirense, nota do ano de 1848)

O Supremo Tribunal de Justiça nega revista do processo de Lucas, o **salteador**.

MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 30 de jun. de 1923. Chronicas Feirense, nota do ano de 1849- grifo nosso).

E' enforcado no Campo do Gado e sepultado no adro da Matriz o **salteador** Lucas Evangelista.

(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 29 de set. de 1923. Chronicas Feirense, nota referente ao ano de 1849- grifo nosso)

Casumbá para obter o perdão de um homicídio e a prometida recompensa de 4.000\$, fere com um tiro, a Lucas, o **salteador**.

(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 26 de jan. de 1924. Chronicas Feirense, nota referente ao ano de 1848- grifo nosso).

Preso nessa data, o **salteador** Lucas Evangelista perante o Juiz municipal, o dr. Leovegildo de Amorim Figueiras, os peritos dr. Symphonio Olympio Bacelar e o farmacêutico Victorio J.F. Gouveia procedem a corpo de delicto nos ferimentos que apresenta o mesmo **salteador**.

(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana 02 de fev. de 1924. Chronicas Feirense, nota do ano de 1848- grifo nosso)

Ao tentarmos estabelecer qual a versão que Gil Moncorvo decidiu retomar sobre a memória de Lucas da Feira, observamos o fato de tanto a alcunha, quanto as notas estarem limitadas à temática do crime, seja a aspectos referente ao julgamento de Lucas da Feira, seja aos supostos crimes cometidos por ele. Sob o olhar de Moncorvo, Lucas da Feira foi lembrado como 'Lucas, o salteador', mesmo quando o jornalista optou por fazer menção ao nome de batismo 'Lucas Evangelista'.

Logo, ao compor um perfil para Lucas da Feira, personalidade da cidade de Feira de Santana, Moncorvo o expressou tão somente como um criminoso. Nesse viés, percebemos a consonância com os ideais modernizadores que aqueles que não possuíam o “padrão de civilidade”, ou seja, a população marginalizada eram um perigo a ordem. Entretanto, o cronista não faz a alusão ao fato de Lucas da Feira ter sido um indivíduo negro, e este silenciamento oportuno pode ser compreendido como o cuidado de não associar a história da cidade de Feira de Santana à história da escravidão.

No segundo conjunto, descrevemos as notas que fazem citação aos crimes cometidos por Lucas da Feira e seus companheiros:

Lucas e seus comparsas **matam e roubam**, na estrada de Cachoeira, o negociante Antônio Leite.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 02 de jun. de 1923. *Chronicas Feirense*, nota do ano 1841- grifo nosso)

Lucas e seu companheiros Nicolau, Joaquim e Januário **assassinam, a pancada e pontapés**, Antônio Correia Pessoa.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 02 de jun. de 1923. *Chronicas Feirense*, nota do ano 1842- grifo nosso)

No lugar denominado “Buris” **o salteador** Lucas Evangelista assassina Antônio Bonifácio em sua própria casa.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 16 de jun. 1923. *Chronicas Feirense*, nota do ano de 1846- grifo nosso)

No lugar denominado S. José das Itapororocas **o salteador** Lucas mata Alexandre Felipe de Souza.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 09 de fev. de 1924. Feira de Santana, nota do ano de 1844- grifo nosso)

A leitura das notas demonstrou que quando foi citado os crimes cometidos em grupo, o nome de Lucas deixou de ser associado ao termo “salteador”. Entretanto, quando houve menção a ‘crime cometido’ em grupo, Moncorvo optou por uma narrativa descritiva dos detalhes sobre o método utilizados para execução dos crimes, o que podemos perceber com o uso dos termos: “roubou e matou”; “assassinam a pancada e pontapés”. Provavelmente, como ênfase numa suposta brutalidade e perversidade para reforçar o imaginário do medo e do perigo que os ‘indivíduos negros, pobres, marginalizados representavam. Porém, quando a ação

criminoso foi descritiva apenas pela participação de Lucas da Feira, foi inserido novamente o termo “salteador”. Aqui não aludimos uma possível atenuação da imagem de criminoso, pelo contrário, lemos a constante repetição do termo como um reforço negativo com a finalidade de estigmatizar e não permitir frestas em que outras interpretações fossem aceitáveis (HALL, 2016).

Ressaltamos também que das 04 notas que narraram os crimes, 03 foram publicadas no mês de junho de 1923 e neste período a cidade feirense estava vivenciando os conflitos do processo eleitoral. As lembranças das ações “criminosas cometidas” por Lucas da Feira remetem a concepção de pensar o ordenamento da cidade a fim de livrá-la das classes perigosas¹². Não apenas Lucas foi “o terror” do tempo de outrora, sua rememoração poderia despertar no imaginário feirense o medo daqueles que não foram integrados às normas da “moralidade e boa conduta” das sociedades urbanas- os negros.

Acrescenta-se a possibilidade de interpretação de uma cidade com feições de nobreza, afinal era a “Princesa do sertão”. Ter sua história local associada a memória de um escravizado que se rebelou contra o sistema escravista e fugiu, além de manter-se e sobreviver através de táticas não socialmente aceitas, não poderia ser visto com bons olhos. Uma vez que, talvez o imaginário sobre Lucas da Feira como um “herói do sertão” pudesse suscitar conflitos e assim, Moncorvo, entendendo que não era possível apagar a história de Lucas da cidade de Feira de Santana, percebeu na rememoração a possibilidade de construir uma única versão sobre o indivíduo

¹² Chalhoub (2006) aponta que a noção de classes perigosas e classes pobres descrevem a mesma realidade. O autor pontua que o conceito de “classes perigosas”, de origem francesa e surgido em meados do século XIX, apresentado por Mary Carpenter fazia referência as pessoas que já tivessem passado pela prisão ou que optaram por um modo de sobrevivência que os punham à margem da lei. Essa expressão apareceu no Brasil, logo após a abolição da escravidão, num debate parlamentar onde os deputados estavam preocupados com a consequências pela situação nacional do negro e elaboraram um projeto de lei que reprimisse a ociosidade (vadiagem). Desse modo, o contexto histórico no qual a expressão classes perigosa foi aplicada no Brasil conduziu a população negra fosse os suspeitos preferenciais e a ação de expulsar as classes populares dos centros das cidades poderia estar ligada a tentativa de desarticular a memória recente dos movimentos sociais urbanos, especificamente, a luta dos negros da corte contra a escravidão.

Lucas e na coluna, *Chronicas Feirense*, o espaço para exercer a licença para dominar por meio da escrita/ fala.

Tal posicionamento serviu também como uma pedagogia de naturalização do racismo cotidiano que se apoiava na expressão que a relação com as pessoas negras era tanto uma relação de não reciprocidade, quanto de outridade, isto é, a evocação da representação de Lucas da Feira como um criminoso representavam os aspectos reprimidos pela elite da sociedade feirense e as pessoas que se assemelhassem a ele na aparência, lhes eram negadas o direito de existir e transitar pela cidade como cidadãos iguais. (KILOMBA, 2019)

O último conjunto de notas selecionadas consta apenas as duas notas em que há vestígios acerca da escravidão.

Tentando assassinar, no lugar denominado Sobradinho, o cidadão José Antônio da Silva, **o salteador** Lucas Evangelista mata, com um tiro, o cebolinho Antônio, escravo do referido Silva. (sic).
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 28 de abri.de 1923. *Chronicas Feirense*. nota do ano 1846- grifo nosso)

Nasce de pais africanos, Ignacio e Maria, na fazenda “Saco de Limão”, **o salteador** Lucas Evangelista.
(MONCORVO, Gil. **Folha do Norte**, Feira de Santana, 20 de out. de 1923. *Chronicas Feirense*, nota do ano de 1807- grifo nosso)

Mesmo com o uso de termos como “cebolinho”, “escravo do referido Silva” e da descrição que os pais de Lucas Evangelista eram de origem africana, que são termos que podem ser ligados a existência da escravidão, a forma como Moncorvo inseriu tais termos nas notas não possibilitou a associação direta ao fato de Lucas Evangelista ter sido escravizado e nem da cidade de Feira ter ligação com o sistema que vigorou por mais de três séculos no Brasil.

O período que corresponde as publicações das lembranças sobre as ações e existência de Lucas Evangelista, já tinham transcorridos 34 anos do fim jurídico do sistema escravista no território nacional. Contudo, as consequências dos anos de cativeiro e da marginalização da população que foi utilizada como mão de obra durante mais de trezentos anos ainda vigorava na sociedade brasileira. E,

simultaneamente ao processo de “*desafricanizar as ruas*” como citado anteriormente, havia ainda a perspectiva da miscigenação como problema patológico ou moral que era necessário ser solucionado para o desenvolvimento da nação e o trabalho do médico Raimundo Nina Rodrigues sobre antropologia criminal reforçou a difusão da criminalidade nata atribuídas as pessoas com características negras.

Ao analisarmos as *Chronicas feirense* percebemos a repetição constante do termo “o salteador” e que as reminiscências sobre a vida de Lucas da Feira perpassaram apenas por associar toda a sua existência ao crime, inclusive naturalizando uma suposta índole criminoso ao mencionar que desde o nascimento, Lucas da Feira deveria ser adjetivado como um criminoso. Há também a ausência de qualquer menção ao cognome “Lucas da Feira”, portanto, conjecturamos que a substituição ao termo “da Feira” pelo termo “o salteador” tenha sido uma estratégia de deslocar a memória de Lucas, apagando não a sua existência, mas o seu pertencimento a cidade de Feira de Santana.

Os ventos que sopraram a modernização nas cidades brasileiras, seriam os mesmos furacões que varreriam para longe, para o mundo do apagamento e do silenciamento o passado escravocrata. E Feira de Santana tinham em seus intelectuais, e entre eles, Gil Moncorvo, os domadores de moinhos de ventos que, através da caneta e da tinta, escreveria no presente um futuro de progresso. Por conseguinte, ao rememorando o passado sob o ponto de vista dos que outrora foram os senhores de escravos e seus descendentes, mantinham a prática discriminatória que alicerçou o sistema escravista e as aspirações para a Feira de Santana de 1920 não se pautou na integração da população negra e pobre. Mas, seguindo a ‘cartilha pedagógica’ das elites urbanas em relação a questão negra, houve o reforço da exclusão, repressão e perseguição, outras formas de violências simbólicas. E nesse sentido, compreendemos que as elites feirenses se esforçaram para fazer valer as frases do Hino da República: “Nós nem cremos que escravos outrora/tenha havido em tão nobre país/ hoje o rubro lampejo da aurora/ Acha irmãos, não tiranos hostis”.

Considerações finais:

Voltemos então nossa atenção ao *perigo de uma memória única*, parafraseando Adiche. Ao pontuamos as formas como Moncorvo rememorou, descreveu e representou Lucas da Feira nas páginas do jornal com expressiva notoriedade no período aqui analisados, percebemos que tantas as lembranças sobre Lucas quantos as representações disseminadas foram estereotipadas, de modo que a única verdade a ser apreendida pela sociedade feirense naquele período é que Lucas da Feira foi um terrível criminoso que transitou nas imediações de Feira de Santana, portanto, não poderia ser contado entre a memória das grandes personalidades e heróis da cidade, nem associado com o seu passado pastoril livre da presença de sangue africano.

Percebemos assim por que atualmente, não necessariamente citar a personalidade de Lucas da Feira na cidade de Feira de Santana é fazer referência ao sistema escravista. É necessário problematizar que durante a constituição de uma memória sobre ele na sociedade feirense na primeira metade do século XX, as lembranças sobre ele foram despersonalizadas e desassociada da experiência escrava e foram associadas e condensadas sobre a suposta criminalidade. É este o significado que encontramos no conjunto do imaginário da sociedade feirense: Lucas da Feira foi tomado como um bandido, vil e perverso. E essa imagem se conserva porque houve um processo de repetição constante acerca dessa memória contribuindo para manutenção do jogo de poder e de privilégios, que outras versões da memória do Lucas escravo contestariam.

Tanto quanto as feridas da escravidão ainda estão latentes na história brasileira, em semelhante proporção, o nome Lucas da Feira é marca indelével no imaginário popular feirense. Devido à sociedade escravista e conseqüentemente, racista, o escravizado da fazenda ‘Saco de Limão’ entrou para as páginas da história estigmatizado. Todavia, é importante pontuar que, para as gerações mais recentes, Lucas da Feira foi retomado na escrita da história como símbolo da resistência

escrava, como uma opção de reconfiguração da sociedade que não vive a mazela da escravidão.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

COVAS, Guimarães. *Lucas Evangelista ou Lucas da Feira*. In: _____. Municípios da Bahia. Ed. Typ. Bahiama de C. Melchades, 1913.p.74-89.

CAMPOS, Juliano Mota. *Entre tinteiros e palanques: a trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva em Feira de Santana- Ba. (1909- 1930)*. Dissertação Mestrado em História- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2016.

DAMASCENO, Karine Teixeira. *Mal ou bem procedidas: cotidiano de transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado em História- Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2011.

_____. *“Sirigaitas, Sacudidas, Imorais, Criminosas, Bárbaras e loucas: representação, repressão e silêncio em Feira de Santana*. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis- Santa Catarina. Anais eletrônicos: 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1474323538_ARQUIVO_Karine_teixeira_damasceno.pdf acesso em 10.08.2018.

FERREIRA FILHO, Alberto. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita*. Dissertação (mestrado em história). Salvador: UFBA, 1994.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: PUC- Rio; Apicuri, 2016.

HORA, Ana Paula Cruz Carvalho. *Negócio entre senhores: o comércio de escravos em Feira de Sant' Anna (1850- 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação- Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2a. ed. Campinas: EdUNICAMP, 1992

LIMA, Zélia de. *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira; estudos sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana. 1807 – 1849*. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1990.

MATHEUS, Leticia Cantarela. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MBEMBE, Achille. *A crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. Brasil; N-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Feira de Santana em tempos de modernidade: olhares. Imagens e práticas do cotidiano*. (Feira de Santana, 1937-1970). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório a Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1819-1937)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

_____. *Canções da cidade amanhecendo”: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires. *“Adeptos da mandiga”: candomblé, curandeiros e repressão política na Princesa do Sertão (Feira de Santana-Ba,1938- 1970)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

RAMOS, Aluísio Wellichan. *Espaço tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “bairro” da água branca*. Revista do Departamento de Geografia – Departamento de Geografia da FFLCHUSP, São Paulo, n. 1, p. 65-75, 1982. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47298>> acesso em 08.05.2021

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira. *Diversões e civilidade na Princesa do Sertão, (1919-1946)*. Dissertação Mestrado em História- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso. In:SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando (org.). *História*

da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. *Os homens da Princesa do Sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1928).* Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SILVA, Aldo José Moraes. *Natureza sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo de construção da identidade social no interior da Bahia (1833-1937).* Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.